



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

1010

155

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0147237-9

APELANTE: MUNICÍPIO DE CALUMBI

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DOS LITISCONSORTES PASSIVOS. NÃO ACOLHIMENTO. ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DO MUNICÍPIO DE CALUMBI Nº 431/2001. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR 24 MESES, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PRAZO. POSSIBILIDADE DE RECONTRATAÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO "EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO". FUNÇÕES NÃO ENQUADRADAS NA CATEGORIA DE "NECESSIDADE TEMPORÁRIA". MATÉRIA JÁ APRECIADA PELO PLENO DO STF. DESNECESSIDADE DE REMESSA DO PROCESSO PARA A CORTE ESPECIAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO DIPLOMA LEGAL EM ALUSÃO. CONTRATOS TEMPORÁRIOS NULOS. SENTENÇA MANTIDA. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO PREJUDICADO.

- 1- O recorrente, em sede de preliminar, aduz que a sentença é nula, eis que foi indeferido o pedido que formulou para que os servidores contratados temporariamente integrassem a lide, na qualidade de litisconsortes passivos.
- 2- A ação tem por escopo a declaração de nulidade de todos os contratos de trabalho temporários celebrados pelo recorrente. Tais pactos contêm cláusula prevendo a possibilidade de distrato a qualquer tempo, portanto não há interesse dos contratados que justifique suas intervenções no feito.
- 3- Ademais, o litisconsórcio necessário encontra previsão no art. 47 do CPC vigente. Dessa forma, tal instituto também tem a finalidade de evitar a dicção de decisões diferentes para as partes que se encontram frente a uma mesma relação jurídica.
- 4- Neste contexto, a sentença prolatada na ação civil pública tem eficácia *erga omnes*, portanto não há risco de prolação de decisões conflitantes.
- 5- Preliminar não acolhida.
- 6- No parecer ministerial apresentado nesta Instância foi suscitada incidentalmente a inconstitucionalidade da lei municipal que autoriza a contratação de servidores temporários.
- 7- A lei municipal em alusão disciplina a contratação de pessoal para o atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, preceituando que os contratos poderão ter duração de 24 meses prorrogáveis por igual prazo, bem como prevendo a possibilidade de recontratação.



1011
L

156

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

8- É sabido que o ingresso no serviço público, via de regra, faz-se por meio de concurso público, nos termos do art. 37, II da Constituição Federal. **Excepcionalmente** há previsão dispensando a necessidade de submissão a certame público, como, p. ex, na hipótese do art. 37, IX.

10- Seguindo o Princípio da Simetria, nossa Constituição Estadual segue as mesmas diretrizes da Constituição Federal na seara do concurso público.

11- No caso *sub judice*, o prazo de validade estipulado para a duração dos contratos afigura-se excessivo, com possibilidade de prorrogação e de recontração, também não restou comprovado nos autos o excepcional interesse público. Ademais, os contratados realizam funções que não se enquadram na categoria de "necessidade temporária".

12- O Pleno do STF já se pronunciou pela inconstitucionalidade das leis editadas em confronto com os mandamentos constitucionais mencionados, como é o caso do diploma legal questionado.

13- À vista de tais considerações, nos termos do art. 481, parágrafo único do CPC, não se faz necessária a remessa dos autos à Corte Especial, vez que o pleno do STF, como esclarecido alhures, já se pronunciou acerca da matéria.

14- Finalmente, resta claro que a Lei do Município de Calumbi nº 431/2001 é inconstitucional, de modo que todas as contratações temporárias firmadas sob o manto do supracitado diploma são nulas.

15- Recurso improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0147237-9, figurando como apelante o **MUNICÍPIO DE CALUMBI** e como apelado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **REJEITAR** a preliminar de nulidade da sentença. Acolher a arguição de inconstitucionalidade, porém **REJEITANDO** a remessa dos autos à Corte Especial. No mérito, à unanimidade de votos, **NEGAR** provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 de Janeiro de 2010


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0147237-9

APELANTE: MUNICÍPIO DE CALUMBI

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Adoto o relatório de fl. 947 da sentença vergastada.

Acrescento que o Douto Juiz *A Quo* determinou a remessa dos autos a este Egrégio Tribunal de Justiça para fins de análise do reexame necessário.

Intimado, o Município de Calumbi ingressou com apelo voluntário suscitando preliminarmente a nulidade da sentença, sob o argumento de que foi indeferido o pedido formulado para que os servidores contratados participassem da lide na qualidade de litisconsortes passivos. No mérito, pleiteou a reforma da sentença hostilizada, defendendo, em suma, a possibilidade de contratação temporária de servidores (fls. 962/966).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual apresentou contra-razões pugnando pela manutenção da sentença, refutando todos os argumentos trazidos no apelo (fls. 972/983).

Remetido o processo a esta Corte, restou determinada sua remessa para a Procuradoria de Justiça para a emissão de parecer (fl. 991).

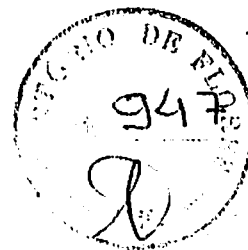
A Procuradoria de Justiça, por meio de seu representante, opinou pela rejeição da preliminar de nulidade da sentença. Suscitou, outrossim, vício de inconstitucionalidade, opinando pela remessa dos autos ao Órgão Especial para decidir a questão incidentalmente. No mérito, a Douta Procuradora foi pelo não provimento do recurso (fls. 996/999).

É o relatório.

À revisão.

Recife,

Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator



158



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Juízo de Direito da Comarca de Flores

Processo nº695/2005

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Réu: MUNICÍPIO DE CALUMBI-PE

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal, propõe a presente Ação Civil Pública, em face do **MUNICÍPIO DE CALUMBI**, alegando em síntese que o réu vem se utilizando de forma abusiva do instituto da contratação temporária para arregimentar servidores públicos sem concurso público, criando uma nova categoria denominada de 'contratados'.

Sustenta ainda, que os contratados tendem ocupar todos os postos da administração municipal, pois não há nenhum interesse na realização de concurso público, de modo que possibilita a manipulação de cargos públicos a ponto de beneficiar apadrinhados e privilegiando uns em detrimento de outros.

Consigna que a necessidade do concurso público é premente, em face da grande quantidade de contratados, porém o gestor público prefere usar da medida excepcional como regra.

Por fim requer a declaração da nulidade de todos os contratos temporários.

Juntou documentos às fls.11/919.

O Município foi regularmente citado como se vê às fls.921-verso. Apresentou resposta na forma de contestação, sem preliminares, onde argumenta que de fato efetuou contratações temporárias, porém dentro da mais estrita legalidade, conforme preleciona a Constituição Federal.

O Ministério Público ofereceu réplica à contestação às fls.932/938.

Os autos vieram conclusos para a devida prestação jurisdicional.

MÁRCIO ARAÚJO DOS SANTOS
Juiz Substituto da Comarca de Flores



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

1012
L
159

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0147237-9

APELANTE: MUNICÍPIO DE CALUMBÍ

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DOS LITISCONSORTES PASSIVOS:

O recorrente, em sede de preliminar, aduz que a sentença é nula, eis que foi indeferido o pedido que formulou para que os servidores contratados temporariamente integrassem a lide, na qualidade de litisconsortes passivos.

Tenho que não merece prosperar a preliminar suscitada, senão vejamos.

A ação tem por escopo a declaração de nulidade de todos os contratos de trabalho temporários celebrados pelo recorrente.

Os contratos em alusão têm prazo prefixado de duração, além do que tais pactos contêm cláusula prevendo a possibilidade de distrato a qualquer tempo, portanto não vejo interesse dos contratados que justifique suas intervenções no feito.

Ademais, o litisconsórcio necessário encontra previsão no art. 47 do CPC vigente, que assim dispõe:

Art. 47. Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

Dessa forma, o litisconsórcio necessário também tem a finalidade de evitar a dicção de decisões diferentes para as partes que se encontram frente a uma mesma relação jurídica.

Neste contexto, não podemos olvidar que a sentença prolatada na ação civil pública tem eficácia *erga omnes*, portanto não há o mencionado risco de prolação de decisões conflitantes.

Assim, meu **VOTO** é pelo não acolhimento da preliminar de nulidade levantada pelo recorrente.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

É o meu voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 9


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0147237-9

APELANTE: MUNICÍPIO DE CALUMBI

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 431/2001 E MÉRITO DA LIDE:

Compulsando o parecer ministerial apresentado nesta Instância, observo que foi suscitada incidentalmente a Inconstitucionalidade da lei municipal que autoriza a contratação de servidores temporários.

Segundo essa linha de raciocínio, a Douta Procuradora de Justiça opina pela remessa dos autos à Corte Especial para análise da questão de Inconstitucionalidade argüida.

É mister entendermos os contornos da lide que ora se apresenta.

O apelado ingressou com ação cível pública questionando os contratos temporários firmados para a contratação de servidores públicos. Neste sentido, assevera que tais contratos violam a Constituição Federal, mormente o art. 37, II e IX da Constituição Federal.

Compulsando os autos, constato que foi anexada a Lei Municipal nº 431/2001 (fls. 918/919). Tal diploma disciplina a contratação de pessoal para o atendimento à necessidade temporária de **excepcional** interesse público, preceituando que os contratos poderão ter duração de 24 meses prorrogáveis por igual prazo, bem como prevendo a possibilidade de recontração.

Também foram coligidas cópias dos contratos temporários celebrados (fls. 400/916) para os mais diversos cargos, dentre os quais: agente de saúde, médico, odontólogo, agente de endemias, auxiliar de serviços gerais, vigia, instrutor educacional, motorista, garf, etc.

É sabido que o ingresso no serviço público, via de regra, faz-se por meio de concurso público, nos termos do art. 37, II da Constituição Federal. **Excepcionalmente** há previsão dispensando a necessidade de submissão a certame público, como, p. ex, na hipótese do art. 37, IX.

Segundo o Princípio da Simetria, nossa Constituição Estadual segue as mesmas diretrizes da Constituição Federal na seara do concurso público, assim prescrevendo:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouvêa de Melo

Art. 97 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos relacionados nos artigos 37 e 38 da Constituição da República Federativa do Brasil e dos seguintes: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 04/06/99).

Omissis

VII - contratação de pessoal por prazo determinado, na forma e casos que a lei estabelecer, para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 04/06/99).

No caso *sub judice*, tenho que o prazo de validade estipulado para a duração dos contratos afigura-se excessivo, com possibilidade de prorrogação e de recontração, também não restou comprovado nos autos o excepcional interesse público. Ademais, os contratados realizam funções que não se enquadram na categoria de "necessidade temporária".

O Pleno do STF já teve a oportunidade de analisar casos semelhantes ao presente, posicionando-se nos seguintes termos:

Por entender caracterizada a ofensa aos incisos II e IX do art. 37 da CF, o Tribunal julgou procedente pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República contra a Lei Complementar 300/2004, prorrogada pela Lei Complementar 378/2006, ambas do Estado do Espírito Santo, que dispõem sobre a contratação de servidores, em caráter temporário, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde - SESA e do Instituto Estadual de Saúde Pública - IESP. Realçou-se que a Corte possui orientação consolidada no sentido de que, para a contratação temporária, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; e d) o interesse público seja excepcional. Entendeu-se que as leis impugnadas fixam hipóteses abrangentes e genéricas de contratação temporária, sem especificar a contingência fática que, presente, justificaria a edição de lei que indicaria a existência de um estado de emergência, atribuindo-se, ao Chefe do Executivo Interessado na contratação, a competência para estabelecer os casos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Tendo em conta a situação excepcional pela qual passa o país em virtude do surto denominada 'gripe suína' (Influenza A), o Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da decisão, nos termos do art. 27 da Lei 9.868/99, para que ela tenha eficácia a partir de 60 dias da data de sua comunicação ao Governador e à Assembléia Legislativa."

(ADI 3.430, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 12-8-09, Plenário, Informativo 555).

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. C.F., art. 37, IX. Lei 9.198/90 e Lei 10.827/94, do Estado do Paraná. I. - A regra é a admissão de servidor público mediante concurso público: C.F., art. 37, II. As duas exceções à regra são para os cargos em comissão referidos no inciso II do art. 37 e a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público: C.F., art. 37, IX. Nessa hipótese, deverão ser atendidas as seguintes condições: a) previsão em lei dos casos; b) tempo determinado; c) necessidade temporária de interesse público excepcional. II. - Precedentes do Supremo Tribunal Federal: ADI 1.500/ES, 2.229/ES e 1.219/PB, Ministro Carlos Velloso; ADI 2.125-MC/DF e 890/DF, Ministro Maurício Corrêa; ADI 2.380-MC/DF, Ministro Moreira Alves; ADI 2.987/SC, Ministro Sepúlveda Pertence. III. - A lei referida no inciso IX do art. 37, C.F., deverá estabelecer os casos de contratação temporária. No caso, as leis impugnadas instituem hipóteses abrangentes e genéricas de contratação temporária, não especificando a contingência fática que evidenciaria a situação de emergência, atribuindo ao chefe do Poder interessado na contratação estabelecer os casos de contratação: inconstitucionalidade. IV. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

(ADI 3210/PR - PARANÁ; AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE; Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO; Julgamento: 11/11/2004 ; Órgão Julgador: Tribunal Pleno).

À vista de tais considerações, nos termos do art. 481, parágrafo único do CPC, entendo que não se faz necessária a remessa dos autos à Corte Especial, vez que o pleno do STF, como esclarecido alhures, já se pronunciou acerca da matéria.

Finalmente, resta claro que a Lei do Município de Calumbí nº 431/2001 é inconstitucional, de modo que todas as contratações temporárias firmadas sob o manto do supracitado diploma são nulas.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Destarte, **VOTO** pelo não provimento do recurso, mantendo a sentença fustigada em todos os seus termos, prejudicado o apelo voluntário.

É o meu voto, Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2010


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1018
165

7ª Câmara Cível

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0147237-9

Juízo de Origem: Vara Única da Comarca de Flores - Juiz - Dr. Márcio Araújo dos Santos

Apelante: Município de Calumbi

Advogado: Dr. Adolfo Maria Ferreira Tavares

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

MP-PE: Dra. Maria Betânia Silva

Relator: Des. João Bosco Gouveia de Melo

Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de reexame necessário e apelação cível interposta pelo Município de Calumbi, objetivando a anulação da sentença que acolheu o pleito conduzido pelo Ministério Público, para declarar a nulidade de todos os contratos temporários firmados pela referida municipalidade, ante a ilegalidade das contratações.

A ação civil pública foi proposta com o objetivo de declarar a nulidade de todos os contratos temporários celebrados com fundamento na Lei Municipal nº 431/2001, sob a alegação de não observância da Carta Republicana quanto a obrigatoriedade de realização de concurso público.

Nas razões recursais, suscita preliminarmente a nulidade do julgado em face do indeferimento do pedido de inclusão no pólo passivo da presente demanda de todos os servidores contratados, na qualidade de litisconsortes, no mérito, defende a legalidade da lei municipal e das contratações temporárias.

Contra-razões apresentadas (fls. 972/983), pugnando pelo improvimento do apelo, mantendo-se a condenação do apelante nos termos da sentença proferida.

Nessa instância *ad quem*, a douta Representante Ministerial, em bem lançado Parecer (fls. 996/999), suscitou incidentalmente a inconstitucionalidade da lei municipal que autoriza a contratação de servidores temporários, opinando pela remessa dos autos ao Órgão Especial para decidir a questão incidental. No mérito, opinou pelo improvimento do recurso para declarar nulos todos os contratos temporários firmados no Município de Calumbi.

1019
L

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminente Relator, em sede de Preliminar, voto nos seguintes termos:

166

Nulidade da sentença por ausência dos litisconsortes passivos: (X) REJEITA;

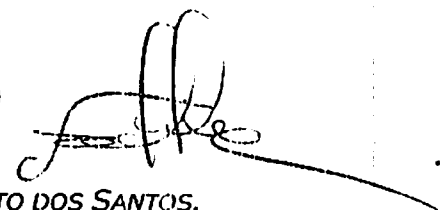
No Mérito:

(X) NÃO PROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO, PARA MANTER INCÓLUME A SENTENÇA IMPUGNADA, converjindo do posicionamento firmado pelo relator quanto a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 431/2001, de modo a tornar insubsistentes as contratações temporárias celebradas sob o manto da referida legislação, não se fazendo necessária a remessa dos autos à Corte Especial, vez que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre a matéria.

É como voto.

Recife,

26/ Janeiro/ 2010



Des. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS.
Revisor